

**AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NA PERCEPÇÃO DOS(AS)
DIRETORES(AS) DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE RIO GRANDE**
Perception External Evaluation By Principals In Schools Of Rio Grande
Las Avaliaciones Externas Em La Percepción de Los(las) Directores(as) de las Escuelas
Municipales de Rio Grande

Fabrício Monte Freitas¹

Gionara Tauchen²

RESUMO: O presente trabalho traz uma análise dos impactos e das impressões dos diretores das escolas municipais urbanas da cidade do Rio Grande – RS a respeito das avaliações externas realizadas pela União. Discute as relações entre o Estado Avaliador, a qualidade do ensino e as avaliações externas realizadas por meio da Prova Brasil, que, juntamente com os dados de discrepância do fluxo escolar, formam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O estudo, de natureza qualitativa exploratório-descritiva, foi realizado junto a vinte e cinco diretores escolares que participaram de uma entrevista semiestruturada, analisada por meio da Análise de Conteúdo. As entrevistas foram desenvolvidas pelo grupo de pesquisadores como parte do projeto “Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: investigando concepções, indicadores e estratégias de articulação no contexto universitário”. Para isso, analisamos duas questões: “O que você pensa a respeito dos sistemas nacionais de avaliação e sobre o IDEB?” e “Quais são os impactos dessas avaliações nos professores e alunos? São promovidas mudanças na escola?”. Concluímos que os gestores escolares podem mediar os sentidos e significados das avaliações externas junto à comunidade escolar, utilizar os resultados como mecanismo de reflexão e promover mudanças didático-pedagógicas que contribuam com a qualificação da educação escolar.

Palavras chave: Estado Avaliador. Gestão educacional. Qualidade do ensino.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a avaliação educacional têm revelado, progressivamente, a complexidade dessa dimensão que integra e regula as ações pedagógicas, as quais são inseparáveis da dimensão curricular, das concepções e das práticas relativas aos processos de ensino e de aprendizagem e, em última instância, das funções da escola e dos significados da escola básica de qualidade. Além disso, a avaliação tem assumido a função de certificação das aprendizagens e das competências desenvolvidas, influenciando nas decisões acerca do financiamento e da qualidade do ensino, bem como na credibilidade social da instituição e do sistema educativo. Neste cenário, é fundamental compreender, discutir e promover ações que

¹ **Fabrício Monte Freitas:** Licenciado em Matemática, especialista em Educação, com ênfase no ensino de ciências e matemática. Mestre em Educação. Professor de Educação Básica nas redes Pública e Privada. Supervisor PIBID e Formador do PNAIC/UFPeL. E-mail: fmfreitas86@hotmail.com.

² **Gionara Tauchen:** Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: gioatauchen@gmail.com

fortaleçam a dimensão formativa da avaliação, integrada aos projetos curriculares locais e nacionais.

Atualmente, a União é responsável por gerenciar a qualidade no ensino brasileiro, em colaboração com os demais sistemas de ensino, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB n. 9.394/96, em seu Artigo 9º, inciso VI. Essa lei expressa que é dever da União “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996). Brandão (2003, p.43) considera a ideia de avaliação “a mais quantificável possível” presente em toda a LDB e constitui um dos pilares da atual política educacional brasileira.

A partir do momento em que o Governo Federal passa a gerenciar a qualidade no ensino, por meio de mecanismos de avaliação, está assumindo funções que o caracterizam como Estado Avaliador. Seguindo este caminho, as avaliações externas vêm se constituindo como principal meio para avaliar a qualidade do ensino da Educação Básica.

A partir dessas considerações, definimos as seguintes questões de pesquisa: Quais as repercussões dos processos e dos resultados das avaliações externas na organização das escolas municipais urbanas de Rio Grande? De que forma as avaliações externas vêm contribuindo com a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem escolares?

Para responder a essas perguntas, definimos como objetivo geral de pesquisa investigar e compreender os impactos dos processos e dos resultados das avaliações externas na organização das escolas municipais urbanas de Rio Grande e, como objetivos específicos: a) Investigar as percepções dos diretores das escolas municipais urbanas de Rio Grande sobre as avaliações externas; b) verificar as repercussões pedagógicas dos resultados obtidos pelas escolas no IDEB e na Prova Brasil junto às escolas; c) analisar as estratégias de gestão, decorrentes dos processos e dos resultados das avaliações externas, que podem contribuir com a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem e do fluxo escolar.

REVISÃO DE LITERATURA

O projeto neoliberal que vem orientando o desenvolvimento econômico e educacional das nações, por meio dos organismos multilaterais, vem promovendo estratégias de controle

“[...] da produção do trabalho escolar, por meio de mecanismos de avaliação, de currículo, de formação, de financiamento e de gestão dos sistemas de ensino e das escolas” (FONSECA & OLIVEIRA, 2005, apud SILVA, 2009, p.3). A educação é uma forma de capital social que pode contribuir, positiva ou negativamente, com a redução da exclusão e da segregação socioeconômica. Conforme os autores, tais processos são considerados

[...] fatores impeditivos para o pleno desenvolvimento do capitalismo e podem gerar ameaças à estabilidade econômica e à ordem social dos países ricos. Nessa perspectiva, a educação visa a contribuir com a composição da força de trabalho, com a formação de consumidores e com a preservação da ordem social. (FONSECA & OLIVEIRA, 2005, apud SILVA, 2009, p.3).

Dessa forma, podemos entender que os acordos internacionais acabam por influenciar as políticas educacionais dos diversos países. As escolas exercem a função de preparação de mão de obra social para que o capitalismo possa se desenvolver nos países subdesenvolvidos. Neste contexto, a educação passa a formar, além da força de trabalho, consumidores sem que se tenha um prejuízo nas estruturas organizacionais.

A partir dessa intervenção dos organismos internacionais nas questões da educação brasileira, tornou-se necessário uma nova estrutura organizacional para os gestores educacionais. Para Silva,

A avaliação quantitativa constituiu um dos instrumentos para adaptar o sistema educacional brasileiro à nova ordem global instituída nos anos de 1990. Fonseca e Oliveira (2005) mostram que foram implementadas mudanças de cunho gerencial, voltadas para a modernização do aparato burocrático, cujo objetivo central era imprimir eficiência ao desempenho do Estado. Integravam-se ao movimento conhecido como *Reforma do Estado*, sob a orientação de Bresser Pereira, à frente do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Entre as ações prioritárias, destacam-se (i) a descentralização administrativa, pela qual foram transferidas funções da burocracia central para estados e municípios e para as denominadas organizações sociais, que se configuram como entidades "de direito privado públicas, não-estatais"; e (ii) a avaliação classificatória de desempenho serve ao Estado descentralizado, como forma de permitir a sua regulação. Portanto, descentralizar e avaliar tornaram-se eixos estruturantes na educação (SILVA, 2009, p.220).

Ou seja, o governo federal passa algumas atribuições, que eram de sua gerência, para os estados e municípios, ficando responsável por regular e avaliar a qualidade da educação no país. Dessa forma, foram criadas as primeiras avaliações externas em larga escala, no Brasil, através da necessidade de regulação das instituições de ensino, bem como os estados e municípios em suas novas atribuições. As primeiras avaliações externas surgem na década de

70 através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior quando passa a avaliar os cursos de pós-graduação.

Ao realizarmos as primeiras leituras sobre as avaliações externas, percebemos a necessidade de compreender alguns conceitos como o de Estado Avaliador, qualidade da educação, avaliação educacional e gestão escolar. Dessa forma, iniciamos a busca por autores que pudessem nos auxiliar nesse processo de ampliação das compreensões sobre a temática em questão.

ESTADO AVALIADOR

Diversos autores, como por exemplo, Coelho (2008) e Afonso (2001) trazem à tona o conceito Estado Avaliador, utilizado pela primeira vez por Neave (1988, *apud* Afonso, 2001).

Coelho (2008) fez um levantamento dos últimos vinte anos de avaliação da Educação Básica no Brasil. Para isso, tratou de assuntos ligados à qualidade da educação, avaliações externas e do Estado Avaliador e, para efeito de conceituação em relação ao Estado Avaliador, baseou-se nos escritos de Neave (1988, *apud* Afonso, 2001) e Afonso (2001). A autora relata que, segundo Afonso (2001), há um aumento na inferência e no controle por parte do Estado, mas que, por outro lado, existe uma mudança de perspectiva quando o Estado deixa de ser centralizador e burocrático, passando a atuar de forma mais branda. Além disso, indica que mesmo controlando de forma centralizada as avaliações, deixa a autonomia para as instituições na forma como irão trabalhar.

Já para Afonso (2001), a presença do Estado Avaliador ao nível do ensino não-superior expressa-se, sobretudo, pela promoção de um *ethos* competitivo. Ele começa a ser mais explícito quando se notam, por exemplo, as pressões exercidas sobre as escolas nos níveis de ensino já referidos (Ensinos Fundamental e Médio) através da avaliação externa (exames nacionais, provas aferidas ou estandardizadas e estratégias de presença mais assídua de agentes da Inspeção Geral da Educação enquanto órgão central do Ministério da Educação) e através do predomínio de uma racionalidade instrumental e mercantil, que tende a sobrevalorizar indicadores e resultados acadêmicos quantificáveis e mensuráveis, sem levar em consideração as especificidades dos contextos e dos processos educativos.

Assim, entendemos que o Estado Avaliador caracteriza-se por definir e centralizar os processos de avaliação externa, além de ser uma forma de controle e gerenciamento da educação, tomando para si a regulação da qualidade e dos resultados das escolas em todo o País.

Nessa perspectiva, a diversidade e as diferenças que caracterizam as nossas escolas são suprimidas pelos exames de desempenho, que não expressam os repertórios de aprendizagem efetivamente construídos no cotidiano das escolas. As avaliações externas também interferem na organização dos processos de ensino, pois, muitas instituições restringem-se à abordagem dos conteúdos de ensino necessários para atingir as metas de desempenho estipuladas pelos governos.

No campo educacional, o enfoque dado ao controle por parte do Estado Avaliador não se emprega aos processos pedagógicos, mas aos resultados desses processos. Por isso, as políticas públicas brasileiras de avaliação externa, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, vão ao encontro do ideal de um Estado Avaliador.

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Já o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, objeto deste estudo, foi criado em 2007 a fim de unir dois componentes em um único indicador de qualidade da educação no Brasil. Assim, foram reunidas as médias obtidas pelos estudantes nas avaliações aplicadas pelo governo federal e o fluxo escolar (indicador de evasão e distorção de idade/ano – entenda-se esse último como, também, os dados de aprovação e reprovação anual).

De acordo com Silva (2009), nas políticas sociais do país ocorreu uma migração direta do conceito de qualidade empregado na área econômica, na qual a qualidade pode ser quantificada/medida/ranqueada de uma forma que seja mais proveitosa para o consumidor, ou seja, para o campo educacional. Ainda conforme Silva (2009), um dos motivos que levou a essa migração é a participação de técnicos originários das questões mercantis nas decisões políticas e sociais.

Com isso, compreendemos que a qualidade da educação não deve ser medida apenas quantitativamente, pois devemos compreender que, durante séculos, ocorreu uma discrepância entre as classes sociais no Brasil. Questões econômicas não são consideradas nas avaliações

externas, deixando de lado um dos fatores que interferem na educação escolar, pois, apesar de existirem reivindicações por uma educação de qualidade desde o tempo das províncias, os pedidos sempre eram atendidos de forma insuficiente e precária para a expectativa da demanda (Silva, 2009).

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

De acordo com Wiebusch (2011), a avaliação educacional passou a ser entendida através de suas duas dimensões: uma interna, realizada pelo professor, parte integrante do processo, e outra externa, que é realizada por algum ente externo à escola – geralmente concretizada em grande escala pelo gestor educacional, seja ele em nível Municipal, Estadual ou Federal –. Desse modo, não podemos considerar essas duas avaliações sinônimas, pois são duas modalidades que se diferenciam pela intencionalidade e pelos objetivos.

De acordo com Melchior (2003), as diferentes formas de avaliação de cada professor não permitem que o Estado consiga “medir” ou quantificar, de forma paritária, as aprendizagens e a qualidade do ensino em todo País. Eis aqui um ponto central do estudo: como hoje as escolas trabalham com diferentes modalidades de avaliação – internamente, diferentes concepções entre os professores, e externamente, diferentes instrumentos, entre os aplicados pelos Estados, Municípios e União – torna-se fundamental compreender e distinguir tais intencionalidades e processos. Da mesma forma, torna-se importante, também, mediar os impactos e as informações promovidas pelas avaliações externas.

Neste cenário, a direção e coordenação pedagógica das escolas exercem grande influência na mediação das relações internas e externas da instituição escolar e qualificação dos processos de ensino-aprendizagem. Para Lück:

diretores escolares competentes são, portanto, aqueles que promovem em suas escolas um contínuo processo de acompanhamento dos resultados escolares, seja com dados exclusivamente internos, seja com dados produzidos por referências externas (LÜCK, 2009, p.67).

Portanto, a direção escolar contribui com a dinamização da aprendizagem dos alunos que não aprendem apenas na sala de aula, mas na escola como um todo: pela maneira como é organizada; pelas ações que promove; pelo modo como as pessoas se relacionam

internamente e com a comunidade; pelas estratégias de acompanhamento da qualidade e dos processos de avaliação internos e externos; pelos processos de diagnóstico e ações propositivas; pelos processos de formação continuada dos docentes; pela construção de alternativas didático-metodológicas, dentre outros aspectos. (VEIGA, 2000);

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Considerando a intencionalidade, os objetivos desta pesquisa e o problema de pesquisa – quais as repercussões dos processos e dos resultados das avaliações externas na organização das escolas municipais urbanas de Rio Grande? De que forma as avaliações externas vêm contribuindo com a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem escolares? – o estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa de cunho documental e exploratório-descritivo.

Assim, para Flick (2009) a expressão “pesquisa qualitativa” surgiu para se diferenciar das pesquisas quantitativas. Seria uma via alternativa para que pesquisadores pudessem criticar os métodos quantitativos por serem resumidos a números e a uma padronização de análise de resultados e métodos a serem aplicados. Ainda para a autora, nas décadas de 1960 e 1970, houve desdobramentos dentro da pesquisa qualitativa que foram esclarecendo o perfil dessa abordagem metodológica.

Portanto, para Flick (2009), os materiais analisados e interpretados para realização da pesquisa qualitativa são os mais variados possíveis. Logo, cabe ao pesquisador elaborar um texto, mesmo que com materiais empíricos, sendo o ponto de partida para construção do estudo, a construção social das realidades em estudo.

Também, caracterizamos esse estudo como exploratório-descritivo. Para Oliveira (2012), na pesquisa exploratória temos como objetivo dar uma explicação geral sobre um determinado fato, através da delimitação do estudo que, juntamente com a pesquisa descritiva, busca analisar os fatos e/ou fenômenos fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam esses dados coletados.

Logo, entendemos que a pesquisa exploratório-descritiva é a abordagem mais apropriada para o desenvolvimento deste trabalho uma vez que o nosso trânsito no meio

escolar nos possibilita perceber os aspectos sociais, políticos, econômicos, além da diversidade de percepções construídas pelos gestores escolares no município de Rio Grande.

Assim, para que pudéssemos realizar a ampliação do objeto de estudo, optamos por realizar entrevistas semiestruturadas com os diretores e diretoras das escolas municipais urbanas do município de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, destacando que a escolha pelos gestores das escolas municipais e urbanas se deu pela necessidade de realizarmos uma delimitação da população de pesquisa, tendo em vista que não tínhamos tempo e recursos para que pudéssemos abranger maior amostra.

Para Flick (2013), nas entrevistas semiestruturadas são elaboradas várias perguntas com o intuito de responder a todas as questões envolvidas na pesquisa. Além disso, nas entrevistas semiestruturadas os entrevistadores “não ficam necessariamente presos à formulação inicial exata das perguntas quando as formulam” (FLICK, 2013. p. 115). Dessa forma, diferencia-se dos questionários nos quais as perguntas são inflexíveis e, ainda, oferecem opções de respostas aos entrevistados sem que haja uma reflexão sobre a pergunta.

Logo, entendemos as entrevistas semiestruturadas como um protocolo de perguntas flexíveis nas quais o entrevistador acaba por tornar a conversa mais informal, devendo realizar as perguntas previstas, mas também alternando com outras que acabam por surgir no decorrer da conversa. Assim, as entrevistas semiestruturadas exigem do entrevistador um conhecimento profundo do tema para que não permita o afastamento dos objetivos da entrevista por parte do entrevistado.

Em consulta realizada no site eletrônico da prefeitura do Município, foram identificadas 34 escolas municipais na zona urbana. As entrevistas versaram sobre: a) a compreensão do diretor a respeito das avaliações externas, tal como a Prova Brasil e do IDEB; e b) os impactos dessas avaliações na organização pedagógica das escolas. As entrevistas foram realizadas conforme a disponibilidade dos (as) diretores (as), totalizando, ao final, a participação de 25 diretores (as) das escolas municipais urbanas na cidade de Rio Grande.

Cabe destacar que esta pesquisa foi desenvolvida dentro de uma proposta de trabalho em consórcio. Para Silva, Marinho e França (2013), a pesquisa em consórcio se caracteriza por termos diversos pesquisadores que possuem um tema e atores comuns para o desenvolvimento de suas pesquisas. Assim, os pesquisadores conseguem não aumentar o número amostral em seus trabalhos, mas, sim, o aprofundamento de seus estudos, haja vista que, em determinado momento, os estudos se cruzem no tema central.

Dessa forma, as entrevistas continham perguntas que abrangiam os temas trabalhados por todos os jovens pesquisadores. Cabe destacar que as pesquisas possuíam pontos de convergência e interlocução. Sendo assim, cada um dos estudantes realizou entrevistas que respondessem às perguntas de todo o grupo de pesquisa. Porém, ao final da fase de coleta de dados, cada estudante retirou das entrevistas o contexto que lhe era pertinente. Em consequência disso, o projeto de pesquisa foi desenvolvido de forma coletiva, ao mesmo tempo em que permitiu um aprofundamento dos temas estudados a partir da uma coleta de dados maior. A pesquisa foi financiada pela Coordenação de Acompanhamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no âmbito do Programa Observatório da Educação e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Após a realização desta primeira etapa, as entrevistas foram transcritas e analisadas por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). A Análise de Conteúdo se estrutura a partir da pré-análise que consiste na organização do esquema de investigação em um plano de análise: a organização das entrevistas que foram analisadas, a formulação das hipóteses e a elaboração de indicadores que fundamentem a etapa da interpretação, a partir da leitura flutuante das entrevistas. Trata-se de reconhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e percepções.

A segunda fase, exploração do material, consiste na realização de operações de codificação, permitindo uma descrição das características do texto para proceder às unidades de análise e registro e de contexto. A partir dessa análise inicial emergem as categorias que incidem na operação de classificação de um conjunto de elementos constitutivos. Por fim, a terceira fase consiste na análise dos resultados considerados significativos para o estudo, pois através destes são estabelecidos quadros de resultados, diagramas, figuras e modelo, que condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise (BARDIN, 1977).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Podemos perceber, com o avanço das análises, que alguns problemas são abordados e caracterizados em praticamente todas as escolas. Estas marcas foram evidenciadas por dúvidas, críticas e questionamentos, por parte dos gestores, de quais são as finalidades e modalidades dessas avaliações externas. Além disso, houve dúvidas na forma como serão

validadas as avaliações e de que forma os resultados obtidos poderão auxiliar na gestão da qualidade social das escolas.

Por meio da análise das entrevistas realizadas com os diretores, emergiram as seguintes categorias: finalidades e modalidades de avaliação, validade das avaliações externas e avaliação e gestão escolar.

Finalidades e modalidades de avaliação

Por meio do estudo realizado foram evidenciadas diferentes concepções de avaliação e posicionamentos que colocam em questão a validade das avaliações externas e do IDEB. Cabe salientar que, ao longo das entrevistas, percebemos o uso das expressões Prova Brasil e Provinha Brasil utilizadas como sinônimos ao se discutir os instrumentos de avaliação externa. Destacamos que a Provinha Brasil é uma avaliação aplicada no segundo ano do Ensino Fundamental, pelo próprio professor da turma. Já a Prova Brasil é aplicada no quinto e no nono ano do Ensino Fundamental. Além disso, destacamos que a Provinha Brasil não interfere nos dados do IDEB – que é composto pela Prova Brasil e pelos dados do censo escolar referentes à distorção idade-série dos alunos.

Podemos perceber que, ao longo das entrevistas, a grande maioria dos gestores optou por manter um discurso de reprovação em relação às avaliações externas. Entendemos, assim, que boa parte dos entrevistados comenta sobre a falta de contextualização das questões da Prova Brasil e que esta seria uma das grandes causas dos alunos “irem mal” nas avaliações externas. Porém, cabe ressaltar que as avaliações externas seguem uma matriz disponível às escolas pela internet ou ainda por livros distribuídos pelo Ministério da Educação.

Os gestores trazem ainda a questão homogeneizadora das avaliações nacionais. Neste sentido, podemos pensar na contextualização e nas demandas de descentralização e de regionalização das avaliações externas. Para que esta situação fosse solucionada, cada Estado deveria possuir a sua avaliação externa e, além disso, o Governo Federal deveria ser o gestor desse mecanismo de avaliação, pois seria necessário que fosse mantido um nível de exigência igual para todos os estados da Federação.

Validade das avaliações externas

A análise das entrevistas evidenciou, também, os sentidos atribuídos às avaliações externas, suas validades para as escolas e os recursos utilizados por algumas instituições que, por vezes, criaram mecanismos de enfrentamento para tais avaliações.

Os gestores expressam dúvidas e questionamentos sobre a validade das avaliações externas, as quais dependem, claramente, de como é tratado o dado recebido e as informações enviadas pelo INEP. Podemos perceber o desconhecimento sobre a intencionalidade das avaliações externas, algo que torna difícil o entendimento sobre o funcionamento das Provas e dos resultados obtidos junto ao IDEB. De acordo com Senge (1993), os membros da organização escolar só se sentem responsabilizados pelos resultados quando participam, ativamente, da estruturação das avaliações. Porém, quando realizam apenas uma atividade dentro da escola não acreditam fazer parte do resultado obtido.

Destacamos, então, que a mudança esperada no âmbito educacional só acontecerá quando todos os envolvidos nos processos escolares se sentirem responsabilizados pelos resultados obtidos, não só da Escola em que atua como nas esferas municipais e estaduais, conscientizando-se de suas obrigações e das intenções e procedimentos envolvidos e trabalhados em cada avaliação externa.

Em algumas escolas, é comum a realização de atividades preparatórias para a realização da prova, conforme exemplificamos a seguir:

Escola 12 – preparamos os alunos para a Provinha Brasil. As gurias simulam algumas coisas antes porque, às vezes, não é a maneira que são feitas as questões, não é o que a gente trabalha na escola. Então os alunos são preparados.

Os relatos que informam o “treinamento” dos estudantes nos levam a pensar que a escola tem um ritmo de trabalho com os alunos e que, em determinado tempo antes da avaliação, os estudos regulares são suspensos para dar lugar à preparação para realização da prova. Após a realização das provas, as aulas retornam ao seu ritmo normal. Para Silva (2011), essa é uma atitude válida uma vez que o Governo Federal não avalia os processos de ensino e de aprendizagem aplicados aos alunos, avaliando apenas os desempenhos obtidos. Essa escola encontrou, neste recurso, um processo de preparação que resulta em um índice satisfatório, tanto para ela como para o Governo que verifica a qualidade empregada nessa preparação realizada pela mesma.

Avaliação e gestão escolar

Por meio do estudo³ realizado, percebemos que os principais impactos das avaliações externas nas escolas foram referentes às questões financeiras, aos processos de autoavaliação institucional e à organização curricular. Também existem em algumas escolas os comparativos tanto entre os alunos que realizam as avaliações externas como entre os resultados obtidos por cada escola no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Grande parte dos gestores criticam as prioridades adotadas pelo Governo Federal na distribuição dos recursos para educação, além de não compreenderem o porquê dos métodos de avaliação do Estado serem baseados apenas nos resultados das Avaliações Externas e nos dados do censo escolar em relação à distorção idade-ano.

Os impactos financeiros evidenciados pelas escolas, em decorrência dos resultados obtidos no IDEB, podem ser explicitados pela fala da diretora 1:

A gente recebeu auxílio do governo tanto em verba para gente adquirir materiais pedagógicos (livros, mídia), como recursos para palestras com professores. Tudo que a gente tem hoje de mídia aqui na escola, foi graças a essa verba que veio quando nosso IDEB foi baixo e, realmente, isso foi muito positivo para nós.

Os resultados obtidos pela escola no IDEB, mesmo sendo baixos, foram considerados positivos já que ela recebeu uma verba extra para aquisição de material de mídia e formação continuada dos professores. Além disso, podemos identificar a carência desta escola de investimentos regulares por parte do Governo.

Outro impacto do IDEB evidencia-se junto aos processos de autoavaliação institucional. Conforme a diretora 2, “todas as informações que recebemos da Prova Brasil e do IDEB são um olhar que faz parte da nossa avaliação institucional porque ali a gente tem uma ideia. Com certeza, para nós, funciona nesse aspecto, porque a gente conhece o aluno. E ainda, “os dados são importantes e têm nos ensinado a trabalhar com esses índices, nos ensinado a nos olhar. A gente conseguiu avançar no IDEB” (diretora 23).

Os diretores expressam que os resultados obtidos auxiliam nas avaliações internas de suas escolas, analisando o que podem melhorar nos processos realizados pela escola. Para Franco (2004), as avaliações externas pouco contribuem para uma autoavaliação de qualidade já que não existem subsídios necessários para isso. Tais subsídios são encontrados dentro da própria escola, ou seja, nos processos realizados dentro da escola, no contexto em que se encontram os alunos, além do funcionamento da escola. Com base nisso, acredita que “as

³ Garantido o anonimato dos sujeitos da pesquisa.

escolas que estejam mobilizadas para se autoavaliarem podem se beneficiar muito de subsídios relevantes que a avaliação pode fornecer” (FRANCO, 2004, p.54).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo podemos verificar que há uma discrepância entre as percepções dos gestores sobre as repercussões dos processos e dos resultados das avaliações externas na organização das escolas municipais urbanas de Rio Grande e os indicadores levantados pelo INEP. Ao realizarmos consulta simples no sítio eletrônico do INEP podemos perceber o avanço nos índices do IDEB⁴. A previsão para o município, como um todo, era de que no ano de 2011 – último resultado divulgado – a cidade de Rio Grande tivesse um índice de 4,0 (quatro vírgula zero), porém, já é alcançado o valor 4,9 (quatro vírgula nove), mostrando que, apesar das dúvidas e incertezas dos gestores com relação às avaliações externas, existe um crescimento quantitativo nos resultados obtidos no que se refere a 4ª série/5º ano.

A partir das nossas questões de pesquisa – quais as repercussões dos processos e dos resultados das avaliações externas na organização das escolas municipais urbanas de Rio Grande? De que forma as avaliações externas vêm contribuindo com a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem escolares? –, passamos a discutir como as escolas recebiam e se utilizavam dos resultados obtidos nas avaliações externas e se havia algum tipo de repercussão na organização da escola.

A partir das entrevistas realizadas podemos verificar que os gestores, mesmo sem acompanhar as aulas no dia a dia, percebem mudanças significativas nas práticas dos professores, já que projetos diferenciados vêm sendo realizados, como os de leitura, de monitoria, além das alterações curriculares que ocorrem em algumas das instituições.

Dessa forma, nosso objetivo geral foi alcançado quando conseguimos compreender que as avaliações externas acabam por não gerar todos os impactos esperados pelo Governo Federal, já que a ideia principal é a de melhorar a qualidade da educação no país. Percebemos, então, que esse impacto não é gerado quando os gestores falam que não discutem os resultados com seus professores e a comunidade escolar e que não são modificados os processos de organização escolar.

⁴ É importante salientar que a pesquisa é realizada de forma geral no município de Rio Grande, enquanto conseguimos realizar 25 entrevistas nas escolas municipais e urbanas, das 34 escolas contatadas.

Além disso, podemos perceber que eles não possuíam clareza com relação aos objetivos das provas. Os gestores compreendem as avaliações como uma forma de imposição do governo federal de suas políticas públicas para o ensino.

Já no que diz respeito a verificar as repercussões pedagógicas dos resultados obtidos pelas escolas no IDEB e na Prova Brasil junto às escolas, podemos perceber que pouco muda, ou mudou, em relação às práticas trabalhadas dentro da escola em virtude das avaliações externas e dos resultados obtidos nos indicadores de qualidade. Em geral, as mudanças foram pontuais para realização das provas e tão logo sejam realizadas caem no esquecimento.

Ao analisar as estratégias de gestão que podem contribuir com a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem e do fluxo escolar, podemos verificar que, em geral, as escolas apenas cumprem com o dever de aplicar as provas vindas do governo federal e apenas ficam sabendo dos resultados, sem que haja algum tipo de mudança na gestão das escolas.

Dessa forma, compreendemos que o papel da escola não está restrito à concepção de qualidade na perspectiva neoliberal. Atualmente, as escolas precisam se preocupar, também, com questões sociais que envolvem seus alunos, buscando promover a qualidade social da educação.

Assim, podemos afirmar que as avaliações externas não dão conta de gerar indicadores confiáveis, mesmo em conjunto com os dados de fluxo escolar compatíveis com o que cada escola pode apresentar, pois não consegue dar conta dos processos realizados nas escolas. Ficando preso, apenas, nos resultados de uma avaliação.

ABSTRACT: This paper presents an analysis of the impacts and impressions of principals of urban municipal schools in the city of Rio Grande - RS regarding external evaluations conducted by the government. Discusses relations between the State Evaluator, the quality of teaching and assessments. external done by Proof Brazil, which together with the data discrepancy school flow, form the Index of Basic Education Development - IDEB. The study of exploratory and descriptive qualitative nature, was conducted among twenty-five principals who participated in a semistructured interview, analyzed by content analysis. The interviews were developed by the research group as part of the "inseparability of teaching, research and extension: investigating concepts, indicators and strategies for coordinating the university context." For this, we analyze two questions: "What do you think about the national evaluation systems and the IDEB?" And "What are the impacts of these assessments on teachers and students? Changes are promoted in school? ". We conclude that school administrators may mediate the meanings of external evaluations by the school community, to use the results as a reflection mechanism and promote didactic and pedagogical changes that contribute to the qualification of school education.

Keywords: State Appraiser. Educational management. Quality of teaching.

RESUMEN: El presente trabajo trae un análisis de los impactos y de las impresiones de los directores de las escuelas municipales urbanas de la ciudad de Rio Grande - RS a respecto de las evaluaciones externas realizadas por la Unión. Discute las relaciones entre el Estado Evaluador, la calidad de la enseñanza y de las evaluaciones

externas realizadas a través de la Prueba Brasil, que, junto con la discrepancia de los datos del flujo escolar, forman el índice de Desarrollo de la Educación Básica – IDEB. El estudio, de naturaleza cualitativa exploratorio-descriptiva, fue realizado con veintidós directores que participaron a través de una entrevista semiestructurada, analizada por medio del Análisis de Contenido. Las entrevistas fueron desarrolladas por el grupo de investigación que hace parte del proyecto "Inseparabilidad entre la enseñanza, la investigación y la extensión: Investigando conceptos, indicadores y estrategias de articulación en el contexto universitario". Para eso, analizamos dos preguntas: "¿Qué piensa usted acerca de los sistemas nacionales de evaluación y el IDEB?" y "¿Cuáles son los impactos de estas evaluaciones a los docentes y estudiantes? ¿Los cambios se promueven en la escuela?. Llegamos a la conclusión de que los gestores de la escuela pueden mediar los sentidos y significados de las evaluaciones externas junto a la comunidad escolar, para utilizar los resultados como un mecanismo de reflexión y promover cambios didácticos-pedagógicos que contribuyen con la calificación de la educación escolar.

Palabras clave: Estado Evaluador. Gestión educacional. Calidad de la enseñanza.

REFERÊNCIAS:

AFONSO, A. J. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro/RJ, n° 22, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições, 1977.

BRANDÃO, C. da F. **LDB: passo a passo**. São Paulo: Avercamp, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação – **Projeto de Lei n. 8035/2010**, referente ao Plano Nacional da Educação 2011/2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 09 jun. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Lei n° 9394**, de 20 dez. 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 27 jun. 2012.

COELHO, M. I. de M. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Vol.16 n°59. Rio de Janeiro Abr./Jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 26 jun. 2012.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução: Magda Lopes; revisão técnica Diceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Fundeb – Objetivos**. <www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>. Acesso em 13 de agosto de 2013.

FRANCO, C. Quais as contribuições da avaliação para as políticas educativas? In: BONAMINO, A.; BESSA, N. & FRANCO, C. **Avaliação da educação básica**. São Paulo: Loyola, 2004.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MELCHIOR, M. C. **Da avaliação dos saberes à construção de competências**. Porto Alegre: Premier, 2003.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SENGE, P. **A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização da aprendizagem**. São Paulo: Best Seller, 1993.

SILVA, J. A. da; MARINHO, J. C. B.; FRANÇA, G. V. A. de. Consórcio entre pesquisas: possibilidades para o aprofundamento dos estudos qualitativos em educação. In: **ETD – Educ. temat. digit.** Campinas, SP. v.15. n.3. p.443-454. set./dez.2013. ISSN 1676-2592. Disponível em <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/5552/pdf>>. Acesso em 06 de janeiro de 2013.

_____. A avaliação de sistemas de ensino no contexto da regulação das políticas. **Anais do V Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente**. UFU – Uberlândia, MG. 2009. Disponível em <www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/DC02.pdf>. Acesso em 28 de agosto de 2012.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

WIEBUSCH, E. M. **Avaliação externa: um caminho para a busca da qualidade da educação**. Dissertação de mestrado. PPGEDU/UFRGS. 2011.